

# 2

Volume

## Fruticultura - Açaí

### Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas



FUNDAÇÃO  
BANCO DO BRASIL





# Editorial

## BANCO DO BRASIL

Vice-Presidente Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável  
ROBSON ROCHA

Gerente-Geral da Unidade Desenvolvimento Sustentável  
RODRIGO SANTOS NOGUEIRA

Gerentes Executivos  
BENILTON COUTO DA CUNHA  
MAURÍCIO MESSIAS  
WAGNER DE SIQUEIRA PINTO

Gerente de Divisão  
RAIMUNDO NONATO SOARES LIMA

Assessoras Seniores  
LUIZA CRISTINA MEDEIROS DE SABÓIA E SOUZA  
MAURA DE FÁTIMA FERNANDES DE OLIVEIRA

## INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Consultora  
EDNA DE CÁSSIA CARMELIO

Diagramação  
FABIANE DE ARAÚJO ALVES BARROSO

Fotos: Acervo IICA

Brasília, setembro de 2010

# 2

Volume

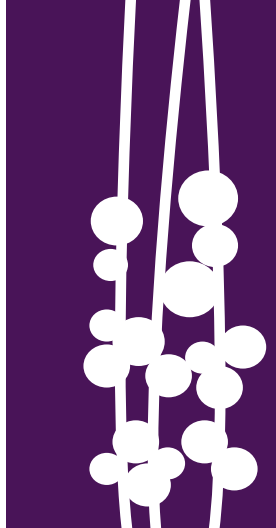
## Fruticultura - Açaí

### Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas



FUNDAÇÃO  
BANCO DO BRASIL



## Apresentação

A Série Cadernos de Propostas para atuação em cadeias produtivas é uma iniciativa que integra a Cooperação entre a Fundação Banco do Brasil - FBB, o Banco do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA para o Aprimoramento da Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS do Banco do Brasil e outras parcerias.

Para fundamentar a publicação da **Série Cadernos de Propostas para atuação em cadeias produtivas** o trabalho cuidadoso dos consultores buscou assegurar a continuidade da metodologia proposta no Roteiro Orientador para a Qualificação dos Planos de Negócios DRS – PN DRS. Os PN DRS contemplam recursos naturais/insumos, produção, beneficiamento/processamento e comercialização. Além disso, tratam as questões relacionadas à capacitação, saúde/segurança, infraestrutura, planejamento e controle como transversais a todos os elos. Como condicionantes de qualidade dos PN DRS são considerados os fatores: organização, assistência técnica, crédito e ações de inclusão social.

Os cadernos que compõem a Série estão assim organizados:

**Volume 1** - Bovinocultura de leite;

**Volume 2** - Fruticultura: Açaí;

**Volume 3** - Fruticultura: Banana;

**Volume 4** - Fruticultura: Caju;

**Volume 5** - Apicultura;

**Volume 6** - Aquicultura e Pesca;

**Volume 7** - Ovinocaprinocultura; e

**Volume 8** – Reciclagem.

Cada volume é composto por duas partes:

**Parte 1** - visão geral da cadeia e sugestões de atuação com base no trabalho realizado pelos consultores para as áreas rural e urbana.

**Parte 2** - proposta elaborada pela gerência de estratégia e metodologia DRS da Unidade Desenvolvimento Sustentável - UDS, a ser discutida e implementada pelas Superintendências Estaduais do Banco do Brasil e seus parceiros, nos Estados.

As publicações da Série devem ser entendidas e utilizadas como instrumento de orientação, respeitando as particularidades regionais, locais e das unidades produtivas.









# SUMÁRIO

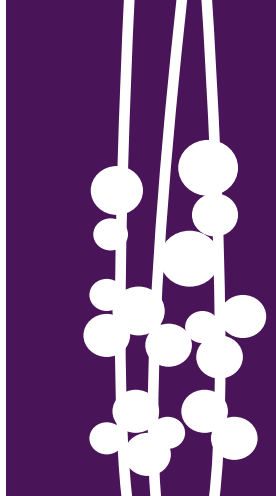
<b>13</b>	<b>FRUTICULTURA - AÇAI – PARTE 1</b>
<b>13</b>	<b>1 O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - DRS</b>
<b>14</b>	<b>2 INTRODUÇÃO</b>
<b>15</b>	<b>3 PERFIL DA ATIVIDADE</b>
15	3.1 Produção
17	3.2 Interface com o Bioma Amazônia
18	3.3 Políticas Públicas em Apoio ao Agroextrativismo
18	3.3.1 Programa Nossa Várzea
18	3.3.2 O Plano Nacional da Sociobiodiversidade
<b>19</b>	<b>4 PERFIL DOS PRODUTORES</b>
<b>21</b>	<b>5 CARACTERÍSTICAS DA MATÉRIA-PRIMA</b>
<b>23</b>	<b>6 PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ATIVIDADE</b>
23	6.1 Baixo Nível de Organização dos Produtores
23	6.2 Assistência Técnica Incipiente
24	6.3 Agricultores sem Direitos Possessórios sobre a Terra
24	6.4 Dificuldade no escoamento da Produção
25	6.5 Perda de Qualidade do Produto ao longo da Cadeia Produtiva e Risco Sanitário
25	6.6 Mercado Dominado por Intermediários
25	6.7 Sazonalidade da Oferta
26	6.8 Pouco Acesso de Agricultores a Informações da Cadeia Produtiva
<b>26</b>	<b>7 OPORTUNIDADES E DESAFIOS</b>

26	7.1	Oportunidades
27	7.2	Desafios
28	7.3	Principais Constatações e Recomendações
<b>29</b>	<b>8</b>	<b>AÇÕES SUGERIDAS</b>
<b>34</b>	<b>9</b>	<b>GESTÃO E MONITORAMENTO</b>
34	9.1	Gestão
34	9.2	Capital Social
35	9.3	Monitoramento
<b>37</b>		<b>FRUTICULTURA - AÇAÍ – PARTE 2</b>
<b>37</b>		<b>PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL</b>
<b>37</b>	<b>1</b>	<b>PREMISSAS</b>
<b>38</b>	<b>2</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>
38	2.1	Objetivos Específicos
<b>38</b>	<b>3</b>	<b>AÇÕES SUGERIDAS</b>
39	3.1	Recursos Naturais e Insumos
39	3.2	Produção
39	3.3	Beneficiamento ou Transformação
39	3.4	Comercialização
<b>40</b>	<b>4</b>	<b>MODELO DE ATUAÇÃO</b>
<b>40</b>	<b>5</b>	<b>MODELO DE NEGÓCIOS</b>
<b>40</b>	<b>6</b>	<b>MODELO DE GOVERNANÇA</b>
41	6.1	Gestão Estadual
42	6.2	Gestão Local
<b>43</b>	<b>7</b>	<b>RESULTADOS ESPERADOS</b>
44	7.1	Indicadores Sugeridos
<b>45</b>		<b>APÊNDICE - Planos de Negócios DRS do Banco do Brasil em Fruticultura - Açaí</b>
<b>47</b>		<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</b>

## LISTA DE FIGURAS

15	Tabela 1 - Produção de Açaí por Estado em 2008
16	Tabela 2 - Quantidade produzida de palmito na extração vegetal por Estado em 2008
16	Tabela 3 - Relação dos dez maiores produtores nacionais de açaí e do palmito do extrativismo no Pará
17	Mapa 1 - Interface dos municípios com Planos de Negócios DRS com os biomas
20	Tabela 4 - Número de estabelecimentos produtores de açaí por grupo de área no Brasil - 2006
22	Tabela 5 - Composição mínima dos tipos de açaí com base nos dados de composição da matéria seca do açaí
23	Tabela 6 - Percentual de suprimento das necessidades de nutrientes em 100g de açaí, segundo o tipo
29	Quadro 1 - Atuação por Setores
30	Quadro 2 - Para os Recursos Naturais
30	Quadro 3 - Para a Produção
31	Quadro 4 - Para a Transformação / Beneficiamento
32	Quadro 5 - Para a Comercialização
45	Tabela 7 - Planos de Negócios DRS em Açaí
46	Mapa 2 - Planos de Negócios DRS





# FRUTICULTURA – AÇAÍ

## PARTE 1

### 1. O BANCO DO BRASIL E A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - DRS<sup>1</sup>

Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS é uma estratégia negocial do Banco do Brasil - BB, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.

Propõe-se a:

- ➔ Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- ➔ Democratizar o acesso ao crédito;
- ➔ Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- ➔ Contribuir para melhorar os indicadores de qualidade de vida;
- ➔ Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos.

A atuação do Banco do Brasil com a Estratégia Negocial DRS se dá por meio do apoio a atividades produtivas, identificadas como potencialidades nas diferentes regiões onde o Banco do Brasil está presente, com a visão de cadeia de valor. A Estratégia DRS apóia o desenvolvimento de atividades nas áreas rurais e urbanas (agronegócios familiares, comércio, serviços e indústria).

<sup>1</sup> [www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf](http://www.bb.com.br/docs/pub/sitesp/sustentabilidade/dwn/CartilhaDRS.pdf)

A metodologia de atuação prevê a sensibilização, a mobilização e a capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e a elaboração de um diagnóstico participativo, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas e identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades, dentre outros.

Com base no diagnóstico, é elaborado o Plano de Negócios DRS, no qual são definidos os objetivos, as metas e as ações (por elo da cadeia produtiva) para implementação.

A metodologia prevê, ainda, o monitoramento das ações definidas nos Planos de Negócios e a avaliação de todo o processo<sup>2</sup>.

## 2. INTRODUÇÃO

O açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) é um produto alimentar típico do Brasil. A palmeira está distribuída no baixo Amazonas, Maranhão, Tocantins e Amapá, alcançando as Guianas e a Venezuela (SOUZA, 1996). A sua área é estimada em um milhão de hectares (BRASIL, 2006). Por sua cor roxa escura, seu sabor exótico, sem nota doce, somados ao apelo de ser um produto nutracêutico<sup>3</sup>, ganhou o interesse de consumidores do mundo inteiro. Pouco, entretanto, já foi feito em termos de comprovação científica de suas propriedades funcionais e antioxidantes.

O extrativismo do açaí é uma atividade típica da agricultura familiar. É demandante de mão-de-obra e exige, sobremaneira nos maciços de igarapés, muita habilidade para o manejo e colheita dos frutos. É fonte principal de renda destes agricultores. Cerca de 80% do açaí é obtido de extrativismo, enquanto apenas 20% provêm de açaizais manejados e cultivados (BRASIL, 2006).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental tem pesquisado os sistemas de produção do açaí e promovido seu melhoramento. A Empresa desenvolveu um conjunto de técnicas para o manejo do açaí nativo, reconhecidas e aceitas para aplicação em áreas de proteção ambiental. Fez seleção massal<sup>4</sup> e lançou uma variedade de açaí para cultivo em terra firme, tanto em regime de produção solteira quanto em consórcios.

O conjunto de trabalhos tem permitido ao Estado do Pará (em especial) responder ao aumento da demanda pelo consumo do açaí sem prejudicar o consumo local e a segurança alimentar das populações ribeirinhas e tem permitido ao agricultor quase que duplicar a renda com a atividade.

A instalação de indústrias de processamento no Estado provocou um aumento dos preços do açaí, o que prejudicou, em certa medida, o consumidor local. Por outro lado, a maior liquidez do produto e os preços mais altos são positivos para os agricultores. O mercado é, no geral, dominado por intermediários, com alto nível de apropriação do lucro e exploração do produtor. As relações entre os agricultores e os proprietários

---

2 Ver Caderno da Universidade Corporativa para Aprimoramento dos Planos de Negócios, 2008

3 “Nutracêutico” é um produto nutricional que se alega ter valor terapêutico.

4 Seleção massal: método de seleção dirigida, com coleta de sementes de indivíduos de uma determinada população, que expressam uma ou mais características desejáveis (ex. alto rendimento, resistência a doenças) para serem plantadas em safras subsequentes, até a obtenção de indivíduos que obtiveram gradual deslocamento na frequência relativa de uma ou mais características de uma população de plantas da mesma espécie (BRASIL, 2006).

das terras (de titularidade duvidosa) são assimétricas e têm, no seu centro, a questão agrária permeando as relações de poder, sobremaneira no arquipélago do Marajó.

Neste ambiente, o Banco do Brasil, juntamente com seus parceiros institucionais tem direcionado suas ferramentas de negócios e de desenvolvimento para o fomento à referida cadeia produtiva.

### 3. PERFIL DA ATIVIDADE

#### 3.1 Produção

Em 2008 o Brasil produziu quase 121 mil toneladas de açaí. Os principais Estados produtores foram o Pará, o Maranhão e o Acre, sendo que o Pará foi responsável por 89% da quantidade produzida no País, conforme Tabela 1.

**Tabela 1. Produção de Açaí por Estado em 2008**

Brasil e Unidades da Federação	Variável		
	Quantidade (t)	Valor (mil reais)	Participação (%) sobre a quantidade
<b>Brasil</b>	<b>120.890</b>	<b>133.746</b>	<b>100%</b>
Pará	107.028	122.638	89%
Maranhão	9.191	7.432	8%
Acre	1.537	745	1%
Amapá	1.294	939	1%
Amazonas	1.274	1.392	1%
Rondônia	314	385	0%
Bahia	250	213	0%
Tocantins	2	4	0%

Fonte: IBGE, 2008

Os municípios que mais produzem açaí no Brasil são, em ordem decrescente, Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista, todos no Estado do Pará.

Comparando-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referentes à produção extrativa de palmito com os dados do extrativismo de açaí, é possível observar que o Pará é o maior produtor de ambas as culturas (Tabelas 1 e 2). Em nível municipal, seis dos dez maiores produtores de palmito extrativo estão dentre os dez maiores produtores de açaí do Brasil, todos no Pará, conforme é mostrado na Tabela 3.

**Tabela 2. Quantidade produzida de palmito na extração vegetal por Estado em 2008**

Brasil e Unidades da Federação	Quantidade (T)	Participação (%)
<b>Brasil</b>	<b>5.873</b>	<b>100%</b>
Pará	5.607	95%
Mato Grosso	79	1%
Rondônia	68	1%
Amapá	44	1%
Bahia	31	1%
São Paulo	31	1%
Santa Catarina	10	0%
Espírito Santo	4	0%

Fonte: IBGE, 2008.

**Tabela 3. Relação dos dez maiores produtores nacionais de açaí e do palmito do extrativismo no Pará**

Açaí		Palmito do extrativismo	
Município	Quantidade (t)	Município	Quantidade (t)
<b>Afuá</b>	<b>4.340</b>	<b>Afuá</b>	<b>190</b>
<b>Igarapé-Miri</b>	<b>6.500</b>	Anajás	1.550
Inhangapi	3.500	Breves	250
<b>Limoeiro do Ajuru</b>	<b>18.350</b>	Cametá	903
Mocajuba	4.878	Chaves	150
<b>Muaná</b>	<b>8.900</b>	<b>Igarapé-Miri</b>	<b>450</b>
<b>Oeiras do Pará</b>	<b>8.081</b>	<b>Limoeiro do Ajuru</b>	<b>205</b>
Ponta de Pedras	11.997	Muaná	800
São Miguel do Guamá	4.205	<b>Oeiras do Pará</b>	<b>404</b>
<b>São Sebastião da Boa Vista</b>	<b>9.400</b>	<b>São Sebastião da Boa Vista</b>	<b>220</b>

Fonte: IBGE, 2008.

Os municípios presentes nas duas cadeias produtivas estão destacados em negrito.

O palmito de açaí tem restrição de extração em virtude do risco de dizimar a população, sobremaneira do açaí-do-Amazonas (*Euterpe precatória* Mart.)<sup>5</sup>, pois é uma espécie sem perfilhos (SOUZA, A.G.C. et al, 1996) e sua extração resulta na morte da planta. O açaí do Pará (*Euterpe oleracea*, Mart.)<sup>6</sup>, por seu turno, é abundante em perfilhos em sua base. Uma touceira de açaizeiro adulto contém, em média, 13 plantas. No manejo

**5** O açaí-do-amazonas é encontrado no alto Amazonas, Mato Grosso, Bolívia, Peru, sul da Colômbia e Venezuela (SOUZA, A.G.C. et al, 1996).

**6** O açaí-do-Pará é autóctone do estuário amazônico, encontrado em matas de terra firme, várzea e igapó. Distribuído no baixo Amazonas, Maranhão e Tocantins, prolongando-se pelo Amapá, alcançando as Guianas e a Venezuela (SOUZA, A.G.C. et al, 1996).



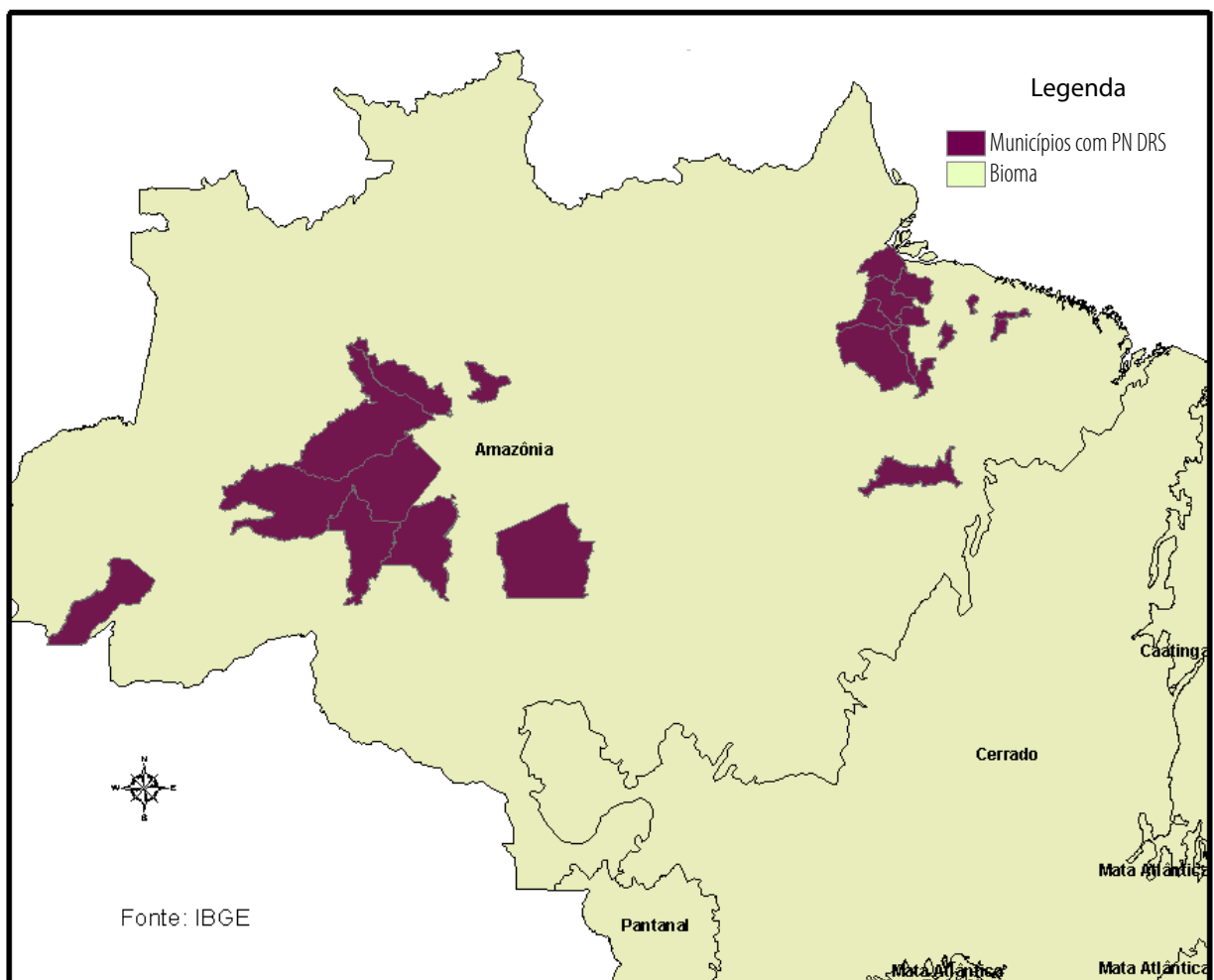
para fins de produção do fruto do açaí os perfilhos são retirados, deixando-se remanescer apenas três a quatro (SOUZA, A.G.C. *et al*, 1996). Segundo informações obtidas durante as visitas às áreas de produção de açaí no Pará, cada perfilho é vendido a R\$1,00 e é uma fonte de renda importante para os agricultores, principalmente porque é gerada na época da entressafra do açaí, quando se faz o desbaste das touceiras.

Não existem registros oficiais de exportações de açaí no sistema ALICEWeb no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

### 3.2 Interface com o Bioma Amazônia

O mapa a seguir foi elaborado com base nos dados dos biomas brasileiros (IBGE) e mostra a interface com os municípios de atuação do Banco do Brasil com PN DRS de açaí. A totalidade dos municípios com Planos de Negócios DRS está inserida no bioma Floresta Amazônica

**MAPA 1. Interface dos municípios com planos de negócios DRS com os biomas**



### 3.3 Políticas Públicas em Apoio ao Agroextrativismo

#### 3.3.1 Programa Nossa Várzea

O Estado do Pará possui área equivalente a 16% do território nacional. Cerca de metade desse percentual recebe a influência de marés – são, portanto, áreas do patrimônio da União, totalizando 8,5 milhões de hectares de áreas de várzeas e ilhas (RESCHKE, A. *et al*, 2010), dentre elas o Arquipélago do Marajó.

Para fazer frente a esta realidade, foi criado o Programa de Regularização Fundiária de Áreas de Várzeas Rurais<sup>7</sup>. O programa tem a coordenação da Secretaria de Patrimônio da União – SPU, por meio da Gerência da Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Pará (GRPU/PA).

Ao entregar o Termo de Utilização de Uso às famílias de comunidades ribeirinhas, a União reconhece o direito à ocupação e possibilita a exploração sustentável das áreas de várzeas. Além disso, o instrumento representa para a família beneficiada um comprovante oficial de residência e uma garantia de acesso à aposentadoria, a recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a outros programas sociais do Governo Federal (RESCHKE, A. *et al*, 2010).

O Programa tem vários parceiros operadores em suas respectivas áreas de competência, tal como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (apoio técnico e logístico), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama (fornece banco de dados para armazenamento das informações coletadas e autoriza a exploração sustentável da área de várzea), o Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam (imagens de satélite atualizadas para identificação de áreas de várzeas), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (fornece as cartas-imagens dos municípios alcançados pelo Programa), a Secretaria Estadual do Meio Ambiente – Sema (concede as licenças ambientais, após a legalização das áreas de várzeas pela GRPU/PA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater (veículos para locomoção fluvial e apoio técnico), Prefeituras Municipais (apoio logístico e estrutural às atividades de cadastramento) e a Associação Comunitária dos Ribeirinhos Agroextrativistas (apoio na execução das atividades em campo).

O custo médio por família ribeirinha beneficiada gira em torno de R\$ 57,00 e o Programa beneficiou, em pouco mais de um ano de execução, cerca de 6.000 famílias (RESCHKE, A. *et al*, 2010).

#### 3.3.2 O Plano Nacional da Sociobiodiversidade

O Plano Nacional da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2010), sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, lançado em julho de 2009, tem por objetivo principal desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis. O Programa tem quatro eixos de atuação:

- Promoção e apoio à produção e ao extrativismo sustentável;
- Estruturação e fortalecimento dos processos industriais;
- Estruturação e fortalecimento de mercados; e
- Fortalecimento da organização social e produtiva.

<sup>7</sup> Conforme Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 (DOU de 17/10/2005).

O açaí é uma das cadeias produtivas priorizadas no referido Plano, cujas ações são convergentes com a proposta aqui apresentada. No escopo das ações do Plano Nacional da Sociobiodiversidade, o açaí foi incluído na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, um instrumento de sustentação de preço sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

São beneficiários dessa política os extrativistas organizados em cooperativas e associações de diversas regiões do país. Para todos os produtos amparados no Programa poderão ser realizados Empréstimos do Governo Federal – EGF, além de subvenções econômicas, conforme a lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

A modalidade de subvenção direta prevê que o extrativista receba um bônus ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo governo federal. O outro tipo de subvenção é direcionado ao segmento comprador e prevê que o prêmio a ser pago pelo governo seja arrematado por indústrias, beneficiadores e cooperativas através de leilão público. O limite da subvenção ao produtor é de R\$725,90/ano.

Todos os beneficiários do Programa deverão ser qualificados por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP e as associações e cooperativas deverão anexar a listagem com os dados dos extrativistas amparados (MMA, 2010).

O preço mínimo foi estabelecido em R\$0,61/kg do fruto, com base nos mercados de Igarapé-Miri-PA, Ponta de Pedras – PA e Codajás – AM. Note que este preço é igual a R\$8,54/lata de 14 kg.

**A aplicabilidade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM deverá encontrar dificuldade face ao alto nível de desorganização do produtor de açaí e ao baixo acesso a informações. Na medida em que convergirem esforços dos operadores do Plano Nacional da Sociobiodiversidade e das potenciais instituições parceiras, aumentam as possibilidades da PGPM beneficiar os agricultores ribeirinhos.**

#### 4. PERFIL DOS PRODUTORES

O açaí é uma cultura típica dos pequenos agricultores ribeirinhos. Não há disponibilidade de dados estatísticos que permitam traçar o perfil exato dos agricultores do açaí proveniente do extrativismo, mas os ribeirinhos apresentam um padrão de distribuição humana que se dá ao longo dos cursos dos rios e igarapés

presentes no arquipélago. A produção extrativa e os recursos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local o papel de forte determinante em sua vida e em seu trabalho. As atividades econômicas dos ribeirinhos se caracterizam pela extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca de peixes e camarões, e pela produção de produtos agrícolas, voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz).

**Na região amazônica os módulos fiscais são grandes. A média dos municípios do Pará é de 64 ha. A agricultura familiar é considerada, dentre outros fatores, como aquela que detém até quatro módulos fiscais.**

O censo do IBGE (2006) mostra que existem, no extrativismo do açaí, 41.479 estabelecimentos produtores no país e 27.404 produtores. A maior parte dos estabelecimentos possui área inferior a 200 ha (82%), alertando-se para o fato de que se trata da área total da propriedade e não área de cultivo de açaí. Os produtores não têm propriedade da terra em 15% dos estabelecimentos. Embora o censo não indique diretamente se são agricultores familiares, é possível inferir que este universo (abaixo de 200 hectares e sem propriedade da terra) é tipicamente de agricultores familiares (total de 97% dos estabelecimentos produtores). No que tange ao perfil dos produtores em relação à propriedade da terra, observa-se que 34% não têm a titularidade da terra.

**Tabela 4. Número de estabelecimentos produtores de açaí por grupo de área no Brasil - 2006**

Grupos de área	Estabelecimentos agropecuários (ud)	Estabelecimentos p/grupos de área em relação ao total
Mais de 0 e menos de 200 ha	34.033	82%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	2.600	6%
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1.075	3%
De 0,2 a menos de 0,5 ha	1.826	4%
De 0,5 a menos de 1 ha	1.750	4%
De 1 a menos de 2 ha	2.271	5%
De 2 a menos de 3 ha	1.518	4%
De 3 a menos de 4 ha	1.182	3%
De 4 a menos de 5 ha	868	2%
De 5 a menos de 10 ha	3.012	7%
De 10 a menos de 20 ha	4.279	10%
De 20 a menos de 50 ha	6.539	16%
De 50 a menos de 100 ha	4.297	10%
De 100 a menos de 200 ha	2.816	7%
Mais de 200 ha	1.264	3%
De 200 a menos de 500 ha	911	2%
De 500 a menos de 1000 ha	196	0%
De 1000 a menos de 2500 ha	110	0%
De 2500 ha e mais	47	0%
Produtor sem área	6.182	15%
<b>Total</b>	<b>41.479</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, censo 2006.

No total de 41.479 estabelecimentos 66% são proprietários e os demais 34% estão assim distribuídos: 5% assentados sem titulação definitiva; 1% arrendatários, 2% parceiros; 11% ocupantes e 15% produtores sem área.

## 5. CARACTERÍSTICAS DA MATÉRIA-PRIMA

Existem poucos referenciais sobre o perfil nutricional do açaí. Muitos dos dados são referentes ao produto adicionado de outros alimentos, tal como o açaí com xarope de glicose e guaraná (citado na Tabela de Composição dos Alimentos – TACO, do Ministério da Saúde).

O açaí processado é classificado como:

- 1) Açaí grosso ou especial (tipo A) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando acima de 14% de sólidos totais e uma aparência muito densa.
- 2) Açaí médio ou regular (tipo B) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando acima de 11 a 14% de sólidos totais e uma aparência densa.
- 3) Açaí fino ou popular (tipo C) é a polpa extraída com adição de água e filtração, apresentando de 8 a 11% de sólidos totais e uma aparência pouco densa.



De acordo com o padrão de identidade e qualidade do açaí, definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, polpa de açaí é a polpa extraída do açaí, sem adição de água, por meios mecânicos e sem filtração, podendo ser submetida a processo físico de conservação.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa apresenta a composição química do açaí em base seca, conforme Tabela 5.

**Tabela 5. Composição mínima dos tipos de açaí com base nos dados de composição da matéria-seca do açaí**

Composição	Unidade	Quantidade na matéria seca <sup>1</sup>	Tipo de açaí		
			Grosso	Médio	Fino ou popular
pH	-	5,8			
Matéria seca	%	15	-	-	-
Sólidos totais mínimo	%	-	14%	11%	8%
Proteínas	g/100 g(1)	13	1,82%	1,43%	1,04%
Lipídios totais	g/100 g(1)	48	6,72%	5,28%	3,84%
Açúcares totais	g/100 g(1)	1,5	0,21%	0,17%	0,12%
Açúcares redutores	g/100 g(1)	1,5	0,21%	0,17%	0,12%
Frutose	g/100 g(1)	0	0,00%	0,00%	0,00%
Glicose	g/100 g(1)	1,5	0,21%	0,17%	0,12%
Sacarose	g/100 g(1)	0	0,00%	0,00%	0,00%
Fibras Brutas	g/100 g(1)	34	4,76%	3,74%	2,72%
Energia	Kcal/100g	66,3	62	49	35
Cinzas	g/100 g(1)	3,5	0,49%	0,39%	0,28%
Sódio	mg/100 g(2)	56,4	7,90	6,20	4,51
Potássio	mg/100 g(2)	932	130,48	102,52	74,56
Cálcio	mg/100 g(2)	286	40,04	31,46	22,88
Magnésio	mg/100 g(2)	174	24,36	19,14	13,92
Ferro	mg/100 g(2)	1,5	0,21	0,17	0,12
Cobre	mg/100 g(2)	1,7	0,24	0,19	0,14
Zinco	mg/100 g(2)	7	0,98	0,77	0,56
Fósforo	mg/100 g(2)	124	17,36	13,64	9,92
Vitamina B1	mg/100 g(2)	0,25	0,04	0,03	0,02
α-Tocoferol (vitamina E)	mg/100 g(2)	45	6,30	4,95	3,60

1. Ingestão recomendada pela Organização Mundial da Saúde - OMS para adultos ou crianças acima de quatro anos, com base em uma dieta de 2.000 kcal diárias.

Considerando-se os dados da Embrapa e os valores mínimos de sólidos totais definidos pelo MAPA, é possível inferir que a composição mínima dos três tipos de açaí mostra que, de fato, é um alimento muito rico em nutrientes, com expressivas quantidades de Cobre, Zinco, Magnésio, Cálcio e Potássio.

É um alimento energético, dado seu teor de lipídios, mas suas calorias são inferiores a muitos produtos industrializados (uma barra de cereais de 30 g possui entre 90 e 115 kcal, por exemplo) conforme Tabela 6.

**Tabela 6. Percentual de suprimento das necessidades de nutrientes em 100 g de açaí, segundo o tipo**

Composição	Unidade	Recomendação da OMS <sup>1</sup>	Percentual da recomendação segundo o tipo de açaí <sup>2</sup>		
			Grosso	Médio	Fino ou popular
Proteínas	g/100 g(1)	50	3,64%	2,86%	2,08%
Lipídios totais	g/100 g(1)	65	10,34%	8,12%	5,91%
Açúcares totais	g/100 g(1)	300	0,07%	0,06%	0,04%
Energia	Kcal/100g	2000	3,09%	2,43%	1,77%
Potássio	mg/100 g(2)	3500	3,73%	2,93%	2,13%
Cálcio	mg/100 g(2)	1000	4,00%	3,15%	2,29%
Magnésio	mg/100 g(2)	400	6,09%	4,79%	3,48%
Ferro	mg/100 g(2)	18	1,17%	0,92%	0,67%
Cobre	mg/100 g(2)	2	11,90%	9,35%	6,80%
Zinco	mg/100 g(2)	15	6,53%	5,13%	3,73%
Fósforo	mg/100 g(2)	1000	1,74%	1,36%	0,99%

1. Ingestão recomendada pela Organização Mundial da Saúde – OMS para adultos ou crianças acima de quatro anos, com base em uma dieta de 2.000 kcal diárias.

2. Calculado pela consultora considerando-se os dados da Embrapa na base seca e considerando-se o teor mínimo de sólidos igual à base seca.

## 6. PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ATIVIDADE

Há poucos estudos consistentes sobre a cadeia produtiva do açaí que permitam uma análise com maior embasamento. Entretanto, os estudos feitos, as visitas e as reuniões foram suficientes para identificar um conjunto de pontos de estrangulamento da atividade. Os principais deles são mostrados a seguir.

### 6.1 Baixo Nível de Organização dos Produtores

Os agricultores produtores de açaí possuem um nível de organização muito baixo. A própria condição de vida, o isolamento e as formas de deslocamento (geralmente feito em barcos) dificultam qualquer iniciativa de organização ou mesmo da simples troca de informações entre si, tal como ocorre com agricultores de outras cadeias produtivas. Este isolamento facilita sobremaneira a ação dos intermediários.

### 6.2 Assistência Técnica Incipiente

A assistência técnica aos agricultores ribeirinhos mostrou-se incipiente em muitos dos municípios visitados. Há uma dificuldade conjuntural de oferecer o serviço público devido ao seu alto custo de

**N**ASCIMENTO (1996), analisando o mercado de açaí, mostra que o preço é formado por sete grandes produtores do município de Ponta de Pedras, arquipélago do Marajó, no Pará. Estes mantêm, com os agricultores, uma relação de meeiros pela qual os agricultores “pagam” (pelo direito de morar na terra) com o açaí que eles mesmos colhem e pelo trabalho de manutenção/limpeza da área. O preço é menor do que o pago pelos intermediários e os agricultores são obrigados a entregar toda a produção aos proprietários grandes.

manutenção, quando comparado à assistência técnica de outras regiões. Isto se deve a diversos fatores, tal como a necessidade de meios de transporte caros para o deslocamento (barcos ou veículos traçados); maior custo de transporte devido às longas distâncias entre as propriedades; resistência dos técnicos em trabalhar em condições adversas e pouco confortáveis e limitação dos recursos financeiros municipais.

A ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e a Prefeitura Municipal de Bagre, arquipélago do Marajó, no Pará fizeram um bom trabalho para a regularização da assistência técnica para a adoção das técnicas de manejo pelos agricultores, utilizando como instrumento as Unidades Demonstrativas em áreas de várzea. Os custos desta atividade são altos e necessitam ser compartilhados com parceiros em nível municipal, estadual e federal. Da parte dos agricultores há interesse e predisposição para receberem e adotarem as tecnologias de manejo do açai.

### **6.3 Agricultores sem Direitos Possessórios sobre a Terra**

O relatório da oficina de capacitação do projeto Nossa Várzea realizada no Marajó, em 2005, da Gerência Regional da Secretaria do Patrimônio da União - GRSPU do Pará registra que "A iniciativa da oficina foi originada pela organização das comunidades ribeirinhas que estavam sendo pressionadas por "grileiros" para dividirem a colheita, sob ameaça de expulsão de suas casas. Os grileiros através da falsificação de documentos afirmam-se donos das terras habitadas por essas comunidades exigindo um pagamento para permitir a continuação da moradia na área. Em diversos casos essa relação é chamada de "sistema de meia", pois consiste em uma atividade econômica na qual o trabalhador rural divide ao meio toda a sua produção com os que se dizem proprietários de grandes áreas produtoras".

**O**frete de Bagre a Belém (12 h de barco) é de R\$2,00/lata, em embarcação comum, o que prejudica muito a qualidade do produto (tanto que na feira do açai em Belém, o produto de Bagre é reconhecido como de péssima qualidade pelos batedores). Considerando que o preço da lata varia no município de R\$3,00 a R\$25,00, o frete pode representar de 8% a 67% do preço de venda ao agricultor.

A regularização das áreas de terra firme (que enfrentam os mesmos problemas) é de responsabilidade do Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

### **6.4 Dificuldade no escoamento da Produção**

O açai é uma fruta perecível cujo consumo ou processamento necessita ocorrer dentro de 24h após a colheita. No Pará e, em especial, nos municípios do arquipélago do Marajó, as distâncias entre a produção e os principais mercados compradores (Belém e Igarapé-Miri) são muito grandes. O longo tempo de transporte em embarcações inapropriadas, sem refrigeração, faz com que o açai perca em qualidade. Por consequência, a valorização do produto pelo comprador é inversamente proporcional à distância. Nas localidades mais remotas do arquipélago é frequente que o produto apodreça por falta de comprador.

Nas ilhas próximas a Belém, ao contrário, o açai é muito valorizado. O frete mais barato o torna ainda mais competitivo. A dificuldade de transporte é mais um facilitador para o intermediário que, no caso do açai, é o dono das embarcações.



### 6.5 Perda de Qualidade do Produto ao longo da Cadeia Produtiva e Risco Sanitário

Há duas etapas na cadeia produtiva do açaí que mais prejudicam sua qualidade. A primeira é durante a colheita, pois é necessário que o coletador tenha conhecimento sobre o nível ótimo de maturação do fruto, o que nem sempre ocorre. A operação de coleta, independentemente de o fruto estar no ponto exato de maturação, no geral contamina muito os frutos, pois são colocados ao chão, misturados a sujidades. O forte sol que incide sobre os frutos colhidos prejudica ainda mais a sua qualidade. O acondicionamento muitas vezes é feito em “rasas” que são cestos de fibra vegetal. A vigilância sanitária proíbe o uso deste material, autorizando somente o uso de cestos plásticos, denominados basquetas. O transporte, em alguns casos, supera 24 h e ocorre em condições precárias e na ausência de refrigeração. Com isto o produto perde muito em qualidade.

Um alerta foi lançado pela vigilância sanitária brasileira devido à ocorrência de barbeiro<sup>8</sup> por ocasião da transformação da polpa em pastas de açaí. O inseto ganha o fruto durante a colheita e/ou o transporte e é triturado na operação de despolpa, constituindo-se em um grave problema de saúde pública. O risco é eliminado definitivamente somente pelo uso do método de pasteurização da polpa do açaí nos processos industriais.

No caso do açaí produzido pelos batedores de Belém que seguem as recomendações das Boas Práticas de Beneficiamento (conforme o TAC estabelecido entre as Batedeiras Artesanais e o Ministério Público do Estado do Pará)<sup>9</sup> o risco de contaminação é minimizado pela adoção das práticas supracitadas.

**A** feira é também a “pedra”, o local que forma o preço do dia. Com base na oferta e na procura, alguns agentes desta cadeia formam o preço e informam para as suas bases nas ilhas, sobremaneira no município de Ponta de Pedras, tendo o celular como importante meio de comunicação.

### 6.6 Mercado Dominado por Intermediários

NASCIMENTO (1996) mostra que Ponta de Pedras, município do Estado do Pará, é dominada por intermediários classificados, segundo a autora, como “exímios especuladores”, pois tiram o máximo de vantagens dos agricultores e do município onde o açaí é a principal fonte de renda.

Em Portel, arquipélago do Marajó no Pará, 100% do açaí é vendido a intermediários. Em Bagre, no Marajó, a venda se faz, também, por meio dos intermediários que utilizam a prática de “adiantar” recursos aos agricultores para serem pagos em açaí. Nesta modalidade de agiotagem, o agricultor recebe líquido cerca de R\$0,50/lata de 14 kg.

Na feira do açaí, em Belém, a venda é dominada por intermediários de Ponta de Pedras.

### 6.7 Sazonalidade da Oferta

O açaí é um produto sazonal. Na entressafra ocorre desabastecimento ao ponto de algumas lojas de batedores de açaí, em Belém, fecharem temporariamente suas portas. É um período em que o preço sobe

<sup>8</sup> O barbeiro é um inseto que transmite um protozoário flagelado *Trypanosoma cruzi* que causa a doença de chagas. Se não tratada, pode conduzir à morte.

<sup>9</sup> Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta disponível em [http://www.mp.pa.gov.br/serv\\_tacs.php](http://www.mp.pa.gov.br/serv_tacs.php). Documento: TAC Açaí - batedores artesanais

muito e o agricultor poderia ter bons lucros. Mas não tem o produto. O abastecimento para o mercado de Belém se dá pela produção nas localidades mais próximas ao Amapá e Maranhão, que têm a safra invertida. Na entressafra os pequenos produtores situados nas ilhas próximas a Belém se fazem presentes na Feira do Açaí de Belém<sup>10</sup>.

### 6.8 Pouco Acesso de Agricultores a Informações da Cadeia Produtiva

Não há uma fonte consistente de informações na cadeia produtiva do açaí. Como o produto não é uma **commodity**, não há formação de preço em nível nacional. A Conab utilizou pesquisa não estatística de três mercados<sup>11</sup> para calcular o preço mínimo do açaí para adotar na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM. Somado a isto, os agricultores e suas (poucas) organizações não têm quaisquer informações de preço e mercado, ficando à mercê dos intermediários que lhes chegam à porta. Os técnicos envolvidos não têm meios (tempo, recurso e apoio) para fazer pesquisas de mercado. Pelo que se pôde constatar, as universidades e centros de pesquisa não se dedicam sistematicamente a esta atividade, tal como ocorre em outras cadeias produtivas<sup>12</sup>.

## 7. OPORTUNIDADES E DESAFIOS

### 7.1 Oportunidades

- O açaí ganhou reconhecimento do consumidor nacional e internacional por seus atributos nutricionais e seu consumo tem crescido muito;
- O açaí tem diversas formas de consumo, tal como a polpa pura ou com pouco teor de água (consumo regional principalmente), na forma de bebidas energéticas preparadas, em cápsulas como complemento alimentar nutracêutico, na composição de sobremesas frias, como sorvetes e mousse;
- Já existem tecnologias de beneficiamento do açaí que lhe preservam a qualidade e facilitam o transporte e armazenagem, tal como a secagem e a liofilização;



**10** A produção de açaí, nas ilhas próximas a Belém, é melhor distribuída durante o ano. Tal fato deve-se a esses ribeirinhos terem sido os primeiros a adotar diferentes tipos de manejo, o que lhes permite ter produto na entressafra.

**11** A Conab usou dados colhidos em Igarapé-Miri-PA, Ponta de Pedras – PA e Codajás – AM (BRASIL, 2010).

**12** A Esalq/USP possui uma sistemática de levantamento de preços de diversos produtos agropecuários que é referencial para todo o país.

- O açaí tem tecnologia de manejo desenvolvida que permite a compatibilização de sua exploração econômica com a preservação do bioma Amazônia;
- A tecnologia de manejo do açaí aumenta significativamente a produtividade por área, além de facilitar o trabalho rural e permitir a extração sustentável do palmito;
- O açaí tem potencial para a exportação;
- O açaí é importante fonte de renda das populações ribeirinhas e base alimentar dessa população;
- O mercado regional de consumo do açaí batido é expressivo;
- O açaí é reconhecido pelos Governos federal, estaduais e municipais pela importância social e econômica, o que facilita a convergência de esforços.

### **7.2 Desafios**

- Comercialização é dominada, em sua maioria, por intermediários;
- Alta governança dos intermediários na cadeia produtiva, sobremaneira em relação aos produtores;
- Os conflitos sobre posse de terras podem prejudicar o desenvolvimento da cadeia produtiva.



### 7.3 Principais Constatações e Recomendações

#### Constatações

- Os batedores de açaí de Belém são importantes players na cadeia produtiva e têm bom nível de organização. A proposta pode caminhar no sentido de estabelecerem relação direta com os produtores mais próximos;
- Igarapé-Miri é o principal centro de negócios de açaí do Estado;
- Há sérios conflitos agrários por divergências quanto à posse de terras;
- Quanto mais distante de Belém e Igarapé-Miri menor é o preço pago ao agricultor pelo açaí;
- Os altos custos de transporte do açaí e a perda de qualidade nesta etapa são evidentes;
- A forma de acondicionamento para o transporte (saco, rasa ou basqueta), a distância, as condições do meio de transporte e a colheita definem o nível de qualidade do fruto que, por consequência, define a qualidade do produto final. Nem sempre o consumidor saberá diferenciar a qualidade do produto, sobretudo se o consumo ocorre em estados não produtores, pois é usual a mistura do açaí a leite condensado e outros alimentos, de forma que os defeitos ficam mascarados;
- O risco de contração da doença de chagas devido ao consumo do açaí fresco foi equacionado para os batedores de açaí de Belém, mas persiste nas indústrias que não utilizam a pasteurização.

#### Recomendações

- Há necessidade de capacitação para o associativismo e o cooperativismo;
- O cultivo do açaí de terra firme pode ajudar a regularizar a oferta na entressafra;
- A Gerência Regional da Secretaria do Patrimônio da União - GRSPU do Pará (regularização nas áreas de Várzea), o Instituto de Terras do Pará - ITERPA (regularização nas áreas de terra firme), a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA e o IBAMA (para as licenças ou autorizações para o manejo e extração do fruto do açaí) são base para qualquer intervenção no sentido de fortalecer a cadeia produtiva;
- É necessário estudar a viabilidade da produção de açaí manejado e de açaí cultivado em terra firme a fim de ajustar os critérios de concessão de crédito;
- Após fortalecer as organizações dos produtores, iniciar conversações em busca de soluções de médio e curto prazos para o transporte do açaí (o produtor que tem barco desempenha a função de um primeiro intermediário).

## 8. AÇÕES SUGERIDAS

As ações sugeridas para a cadeia produtiva do açaí, no que diz respeito à agregação de valor e comercialização, são apresentadas a seguir, por setores.

**Quadro 1 - Atuação por Setores**

Setor Primário	Comercialização	Setor Secundário	Comercialização	Setor Terciário
<b>Elementos básicos do setor:</b>				
Insumos, Crédito, Produção	Compra/venda	Insumos, Crédito, Transformação	Compra/venda	Crédito, Distribuição, Venda e Consumidor final
<b>Forma de atuação:</b>				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização dos produtores;</li> <li>• Fomento e expansão da assistência técnica;</li> <li>• Adoção das técnicas de manejo do açaí nativo;</li> <li>• Plantio em terra firme;</li> <li>• Capacitação para o associativismo;</li> <li>• Intercâmbio entre agricultores sobre experiências de venda conjunta, de manejo e de plantio;</li> <li>• Capacitação em Boas Práticas Agrícolas - BPA;</li> <li>• Acesso a crédito de plantio e manejo de açaí;</li> <li>• Regularização das áreas de extrativismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Venda em conjunto por grupos organizados de agricultores para a indústria e para batedores de açaí.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de Alimento Seguro - PAS (adoção da técnica de pasteurização para eliminar o risco da presença de barbeiro);</li> <li>• Certificação da produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negociação com redes de supermercados e de hotéis para compra, por meio de contratos, de produtos de açaí produzido por agricultores organizados;</li> <li>• Compras governamentais PAA<sup>1</sup> e alimentação escolar<sup>2</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação os batedores de açaí para compra direta dos agricultores organizados;</li> <li>• Padronização do beneficiamento do açaí em pontos comerciais (padrão TAC do Ministério Público em Belém - Anexo);</li> <li>• Adequação das instalações às normas sanitárias;</li> <li>• Promoção comercial de produtos à base de açaí com certificados de uso racional da Floresta Amazônica e ecossocial.</li> </ul>
<p><b>1</b> O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e cria instrumentos para a compra de produtos agropecuários da agricultura familiar destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Participam, dentre outros, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e a Companhia Brasileira de Abastecimento - Conab.</p> <p><b>2</b> A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.</p>				

Ao sintetizar as ações existentes na cadeia produtiva do açaí e propor ações, está sendo considerada a realidade semelhante do conjunto de municípios e particularizando Belém quando a proposição se refere aos batedores. Atende, assim, ao “objetivo de elaborar formas de atuação particularizadas por elos da cadeia produtiva das frutas selecionadas”. A diferença entre os municípios está, basicamente, no maior ou menor nível de interesse e de dedicação do gestor público municipal e no fato de ter Planos de Negócios DRS. A proposta também atende ao objetivo de identificar os agentes que atuam nos distintos elos da cadeia.

**Quadro 2 - Para os Recursos Naturais**

Ações existentes	Ações sugeridas	Parceiros
Utilização de manejo.	Ampliar a transferência de tecnologia de manejo dos açazais para a totalidade dos agricultores ribeirinhos produtores de açaí.	Embrapa, INPA, IBAMA IBGE, Emater.
Plano Nacional da Sociobiodiversidade.	Trabalhar para a cobertura de 100% de regularização fundiária.	Prefeitura Municipal Associações Comunitárias, MMA SPU/GRPU – PA.
Programa de Regularização Fundiária – nos municípios de Bagre e Portel; Práticas agrícolas para o bioma Amazônia.	Capacitar sobre recursos naturais locais e a cultura do açazeiro, considerando os saberes locais.	

**Quadro 3 - Para a Produção**

Ações existentes	Ações sugeridas	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formação de multiplicadores para o manejo no município de Portel;</li> <li>• Assistência Técnica;</li> <li>• Incentivo à produção de Açaí em terra firme no município de Bagre com Unidades Demonstrativas nas propriedades;</li> <li>• Sistema de Produção – Embrapa;</li> <li>• Manejo inadequado da produção à colheita (derruba) e transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar o manejo do açaí como a técnica mais recomendada para a melhoria de ganhos produtivos ao agricultor e para a sustentabilidade do meio ambiente;</li> <li>• Produzir açaí em terra firme pode ajudar a regularizar a oferta na entressafra;</li> <li>• Expandir a oferta dos serviços de assistência técnica;</li> <li>• Capacitar em cuidados sanitários durante a colheita – Boas Práticas Agrícolas;</li> <li>• Capacitar em negócios e cadeias produtivas;</li> <li>• Capacitar os agricultores para a gestão associativista;</li> <li>• Priorizar a implantação de cultivos racionais e o manejo de populações nativas de açazais nas áreas de várzeas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• FASE, Fetagri, Assema, Banco do Brasil, Prefeitura Municipal Emater, Embrapa, Associações Comunitárias, Sebrae, Ministério Público.</li> </ul>

### O cultivo de açaí em terra firme

Segundo a Embrapa (BRASIL, 2006), para o cultivo de açaí em terra firme, há várias possibilidades de consórcios, tal como o de culturas anuais como a do feijão caupi, milho e mandioca ou macaxeira (durante o 1º ano), e semiperenes como maracujazeiro, bananeira, mamoeiro e abacaxizeiro (até o 3º ano). Essas práticas permitem a redução dos custos de implantação dos açais. O açazeiro também pode ser consorciado com espécies perenes, como cupuaçuzeiro, cacauzeiro e cafeeiro. Os arranjos espaciais das culturas consorciadas podem, ainda, permitir o plantio de 20 a 25 espécies florestais por hectare, contribuindo para recuperar, preservar e valorizar o ecossistema (BRASIL, 2006).

No caso do açaí de solos de várzea e igapós, há a possibilidade do manejo, do enriquecimento e do replantio de áreas degradadas com o açaí e espécies frutíferas e/ou florestais (BRASIL, 2006). No caso de áreas de várzea baixa, cujos solos permanecem quase sempre inundados, é recomendado o enriquecimento por meio do manejo das touceiras de açazeiro existentes, pois o plantio e a manutenção de outras espécies são praticamente inviáveis (BRASIL, 2006). Neste caso, a renda auferida pela extração do palmito dos perfilhos retirados é expressiva para os ribeirinhos e ocorre justamente na época da entressafra do fruto. Conforme mostrado na Tabela 3, segundo o IBGE, os municípios produtores de açaí são, em sua maioria, produtores de palmito do extrativismo. Note que é muito difícil para o IBGE registrar a comercialização do palmito feita de forma ilegal, que deve ser a predominância nas regiões mais distantes de Belém. A isto se soma o fato de a maior parte dos ribeirinhos não terem a concessão de uso das terras da União para o extrativismo, o que induz à ilegalidade da atividade de exploração do palmito de açaí.

**Quadro 4 - Para a Transformação/Beneficiamento**

Ações existentes	Ações sugeridas	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"><li>• O beneficiamento e a transformação estão a cargo de empresas e batedores;</li><li>• Ações do Ministério Público junto aos batedores de açaí.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Promover relações de negócios diretas entre os agricultores e a indústrias/batedores de açaí;</li><li>• Manter a qualidade do açaí em cada etapa da cadeia produtiva, sobremaneira na produção e no transporte e estabelecer mecanismos de comercialização em função do padrão do produto;</li><li>• Desenvolver um programa abrangente de capacitação (envolvendo todos os elos da cadeia produtiva com foco em associativismo e gestão).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ministério Público, Banco do Brasil, Prefeituras Municipais, Sebrae, Associações de produtores e batedores.</li></ul>

## Quadro - 5 Para a Comercialização

Ações existentes	Ações sugeridas	Parceiros
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O fruto 'in natura' é comercializado quase que exclusivamente para intermediários;</li> <li>• Em Bagre a venda se faz, também, por meio dos intermediários que utilizam a prática de "adiantar" recursos aos agricultores para serem pagos em açai;</li> <li>• O transporte do açai é realizado em rasas ou caixas plásticas na temperatura ambiente;</li> <li>• As distâncias e a forma de transporte comprometem a qualidade do fruto;</li> <li>• O fruto 'in natura' é comercializado na feira do Açai em Belém;</li> <li>• Escoado via porto de Igarapé-Miri para outros estados em transporte rodoviário;</li> <li>• Belém dispõe de empresas especializadas em logística para o transporte do Açai processado;</li> <li>• Programa de Apoio à Comercialização e Fomento da Produção Extrativista – PAE1;</li> <li>• Termo de Ajuste de Conduta – TAC para o açai.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um programa abrangente de capacitação (envolvendo todos os elos da cadeia produtiva com foco em associativismo e gestão);</li> <li>• Capacitar e organizar os produtores para a comercialização conjunta;</li> <li>• Capacitar e organizar os batedores para a compra conjunta;</li> <li>• Pensar com os produtores uma forma de qualificar o transporte (médio prazo). Isto demanda organização e confiança (Formação de capital social).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prefeituras Municipais, Sebrae, Associações de produtores e batedores.</li> </ul>

**1** O Programa de Apoio à Comercialização e Fomento da Produção Extrativista – PAE, busca estruturar arranjos produtivos sustentáveis, por meio de um conjunto de iniciativas que valorizam os conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – PCTAF. Suas ações envolvem o assessoramento técnico, capacitação e apoio a organização social, acesso ao crédito, desenvolvimento de infra-estrutura produtiva, promoção comercial e inserção dos produtos extrativistas no mercado. Sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente – MMA, o programa atua em parceria com diversos órgãos, sendo operacionalizado no processo de apoio a comercialização pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB.

[http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO\\_NACIONAL\\_DA\\_SOCIOBIODIVERSIDADE-\\_julho-2009.pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/sociobiodiversidade/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf)





**... gente segue as recomendações de higiene da SESMA para garantir a qualidade do produto.**



Lavar constantemente os móveis e utensílios.



Quem manipula o açaí deve manter a higiene do corpo inteiro.



Lavar sempre as mãos antes de manipular o açaí.



Limpar o açaí, 3 vezes, com água corrente e clorada.



Lavar o fruto para retirada do cloro.



Mergulhar o açaí em água potável quente (50 graus) durante 10 segundos.



Armazenar o açaí em local limpo e arrumado.



Mantém as embalagens com açaí sob refrigeração.



Mantém o lixo em recipiente limpo, revestido com saco e sempre tampado.

**A Vigilância Sanitária da SESMA trabalha na educação, treinamento, apoio para associação e cadastramento dos batedores de açaí. Siga as recomendações para que o bom açaí continue sendo o orgulho de Belém!**



## 9 GESTÃO E MONITORAMENTO

### 9.1 Gestão

#### Gestão Participativa

**Nunca duvide da força de pequeno grupo de pessoas para transformar a realidade. Na verdade elas são a única esperança de que isso possa acontecer.**  
**Margaret Mead**

O Plano de Negócios DRS envolve a implementação de ações estratégicas para o fortalecimento da cadeia produtiva e, necessita de um acompanhamento sistemático por parte dos atores sociais envolvidos no processo.

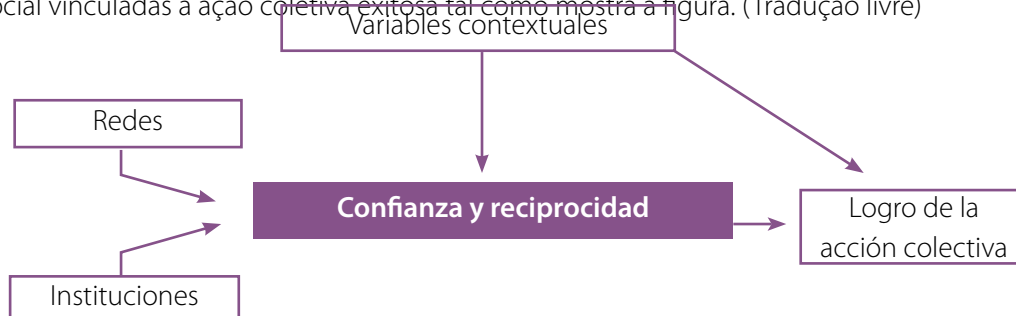
O aprimoramento dos Planos de Negócios DRS passa necessariamente pela estruturação de um modelo de gestão participativa capaz de promover a eficiência e efetividade das ações programadas, que conduz a um processo de empoderamento dos atores sociais e de ação-reflexão sobre a prática social, no sentido de desenvolver a capacidade e habilidade coletiva de transformar a realidade.

Na gestão participativa pretende-se que os atores sociais estejam presentes em todos os momentos do processo, desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam ser envolvidos, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas. Para melhorar a eficácia da gestão dos Planos de Negócios DRS propõe-se a criação de um Comitê Gestor, composto por representantes locais, cujas atribuições estarão relacionadas ao acompanhamento e implementação das ações territoriais.

*Fonte: Caderno orientador 2 – Consultoria FBB/IICA 2009*

### 9.2 Capital Social<sup>13</sup>

A confiança como forma de capital social é o fator mais inclusivo no que se refere à participação e à cooperação voluntária. As outras formas de capital social contribuem, quase sempre, para a ação coletiva exitosa, por desenvolver a confiança entre os atores. Em outras palavras, vemos as três formas amplas de capital social vinculadas à ação coletiva exitosa tal como mostra a figura. (Tradução livre)



<sup>13</sup> Capital social y acción colectiva – Elinor Ostrom. Apostila do Curso acesso a mercados dinâmicos. REDCAPA, 2009.

### 9.3 Monitoramento

#### Respostas afirmativas são consequência de boa gestão

O Plano de Negócios DRS envolve a implementação de ações estratégicas para o fortalecimento de uma cadeia produtiva. Na definição de critérios que identifiquem uma experiência exitosa (caso de sucesso) é percorrido o caminho da qualidade, da participação, da construção coletiva, dos elos da cadeia produtiva, da organização e da gestão. Para obter a segurança de que o PN DRS é uma experiência exitosa, que poderá servir de modelo para a reaplicação da metodologia e dos resultados, é interessante que seja analisado sob dois aspectos: processos e resultados, universais para Planos de Negócios DRS rurais ou urbanos, sejam individuais ou integrados.

Os critérios de processos relacionam-se com as atividades desenvolvidas para a implementação do Plano de Negócios DRS. Assim, processo está conceituado como um conjunto de atividades de trabalho inter-relacionadas que se caracteriza por requerer certos insumos e tarefas particulares, implicando um valor agregado com vistas a obter resultados com melhoria da qualidade de vida. São elas:

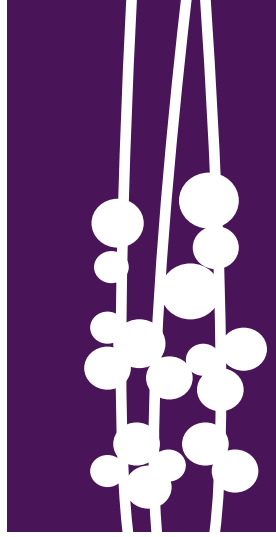
- A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável DRS mobiliza forças sociais, econômicas e políticas para o sucesso do PN DRS;
- O Banco do Brasil, com a estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável DRS, potencializa ações de uma experiência em curso;
- Ocorre a permanente ação do Banco do Brasil na sensibilização dos atores e na animação do processo de implementação do PN DRS;
- A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável DRS, com a implementação de Planos de Negócios DRS, faz emergir outras atividades, que demandam novos PN DRS;
- Existe a capacidade de manutenção das redes de parcerias e a possibilidade de inserção de novos parceiros;
- Ocorre o empoderamento dos atores sociais (produtores/beneficiários):
  - o Com a representatividade expressiva nos espaços de gestão;
  - o Com a condução dos espaços de gestão do PN DRS (equipe gestora local e comitê gestor) pelos próprios produtores/beneficiários.

Os critérios de resultados examinam a relação com os recursos naturais, as pessoas e a sociedade, a economia e as finanças, os processos do negócio e o conhecimento gerado. Envolvem:

- Melhoria da renda com geração de poupança e investimento<sup>14</sup> e o acesso a bens e serviços;
- Apropriação de novas tecnologias;
- Capacidade de pagamento do produtor;
- Ampliação da oferta de financiamento no Território (surgimento/interesse de outras instituições).

**14** Para criar competitividade no agregado de produção, há que reconsiderar os conceitos, as formas, os métodos e os meios operativos com os quais se trata a atividade do agricultor: o produtor tem que entrar nas estruturas de geração e retenção de riqueza para vencer as estruturas de pobreza. A estrutura de pobreza se caracteriza pela incapacidade crônica de expandir o potencial produtivo e a criatividade do grupo familiar agrícola para atividades complementares dentro ou fora da propriedade. A agregação de valor se faz simultaneamente na força de trabalho e no produto agrícola. GIOVENARDI, EUGÊNIO em Os Pobres do Campo. TOMO Editorial. Porto Alegre, 2003.





# Proposta de atuação do Banco do Brasil

## PARTE 2

Considerando aspectos como o grau de organização da cadeia, as tecnologias disponíveis para o sistema de manejo e produção do Açaí em terra firme, o potencial de geração de renda e as características da demanda nos mercados interno e externo, o Banco do Brasil apresenta proposta de atuação na cadeia produtiva do Açaí na região Amazônica, a ser discutida, pactuada e implementada com os parceiros locais por suas Superintendências Estaduais, por meio da estratégia negocial DRS.

### 1. PREMISSAS

Esta proposta está assentada nas seguintes premissas:

- Atuar com visão territorial - Territórios como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito das ações intersetoriais e intergovernamentais;
- Atuar em cadeia de valor (produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização);
- Promover o fortalecimento da organização social (cooperativismo/ associativismo);
- Apoiar a gestão compartilhada dos recursos e dos princípios da economia solidária, concatenados por efetivos planos de trabalho e negócios sustentáveis;

- Incentivar o fortalecimento do capital humano e social;
- Promover a manutenção e a conservação dos recursos naturais;
- Respeitar a identidade cultural.

## 2. OBJETIVO GERAL

Contribuir para a estruturação e o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí, por meio da organização dos agricultores, visando a melhoria da qualidade do açaí, desde a produção até o consumidor, o aumento da rentabilidade da atividade e o acesso qualificado ao mercado.

### 2.1 Objetivos Específicos

- Apoiar a capacitação dos agricultores em gestão associativista e cooperativista e incentivar a criação ou adesão a cooperativas e associações;
- Estabelecer relação direta entre os agricultores, as indústrias e os batedores de açaí;
- Ampliar a transferência de tecnologia de manejo dos açaizais para os agricultores ribeirinhos produtores de açaí, inseridos nos PN DRS;
- Incentivar o plantio de açaizais em áreas de terra firme, segundo as recomendações técnicas da Embrapa<sup>1</sup> e adotando-se o consórcio com cultivos alimentares;
- Promover o intercâmbio de agricultores, lideranças e técnicos em vivências de casos de sucesso em tecnologia de manejo, Boas Práticas Agrícolas (Embrapa e Sebrae), cooperativismo, associativismo e venda conjuntas;
- Monitorar os resultados.

## 3. AÇÕES SUGERIDAS

- Contribuir para a capacitação ou a sensibilização dos agricultores em gestão cooperativista ou associativista;
- Estabelecer parcerias entre agricultores e batedores;
- Buscar a organização dos agricultores para a comercialização conjunta e dos batedores para a compra conjunta;
- Articular condições para ampliação tecnológica de manejo dos açaizais;
- Estimular a produção de açaí em terra firme para melhoria da produção e regularização de oferta na entressafra;
- Buscar a certificação do produto para exportação.

### **3.1 Recursos Naturais e Insumos**

Em parceria com Embrapa, Ibama, IBGE, Emater, Prefeituras Municipais, Associações comunitárias e MMA, entre outros:

- Ampliar a transferência de tecnologia de manejo dos açaiçais;
- Buscar capacitar sobre recursos naturais locais e a cultura do açazeiro, considerando os saberes locais;
- Contribuir para ampliar a titularização do uso da terra;
- Contribuir para ampliar a regularização fundiária.

### **3.2 Produção**

Em parceria com Embrapa, MDA, Emater, Prefeituras Municipais, Associações comunitárias, Sebrae, SPU e órgãos ambientais estaduais entre outros:

- Apoiar a capacitação dos agricultores em gestão associativista e cooperativista;
- Apoiar a capacitação dos agricultores em gestão de negócios e cadeias produtivas;
- Incentivar o manejo do açáí como a técnica mais recomendada para a melhoria de ganhos produtivos ao agricultor e para a sustentabilidade do meio ambiente;
- Incentivar a produção de açáí em terra firme, como potencial que pode ajudar a regularizar a oferta na entressafra;
- Buscar expandir a oferta dos serviços de assistência técnica;
- Buscar capacitação em cuidados sanitários durante a colheita - Boas Práticas Agrícolas.

### **3.3 Beneficiamento ou Transformação**

Em parceria com Ministério Público, MDA, MDS, Governo Estadual, Prefeituras Municipais, Associações de produtores, Sebrae, e batedores:

- Promover relações de negócios diretas entre os agricultores e a indústrias ou batedores de açáí;
- Melhorar a qualidade do açáí em cada etapa da cadeia produtiva, principalmente na produção e no transporte, e estabelecer mecanismos de comercialização em função do padrão do produto;
- Desenvolver programa de capacitação, que envolva todos os elos da cadeia produtiva, com foco em associativismo e gestão.

### **3.4 Comercialização**

Em parceria com Prefeituras Municipais, MDA, MDS, Conab, Associações de produtores, Sebrae, e batedores:

- Incentivar a capacitação e a organização dos agricultores para a comercialização conjunta;

- Incentivar a capacitação e a organização dos batedores para a compra conjunta;
- Qualificar o transporte;
- Conhecer a dinâmica do mercado e a intermediação para abrir outras frentes de comercialização.

#### 4. MODELO DE ATUAÇÃO

Em atendimento à premissa de “elaborar formas de atuação particularizada para as atividades por elos da cadeia produtiva”, a proposta de atuação na cadeia produtiva deve privilegiar, entre os focos citados, aquele mais adequado a cada território, observadas suas especificidades e o estágio de evolução da atividade produtiva na região.

A ação se dará na mudança do padrão de negociações entre agricultores e a indústria compradora, centrado na forte presença de intermediários e na diferenciação pela qualidade. Focará prioritariamente a venda conjunta por meio das associações, cooperativas ou grupos de agricultores com alguma afinidade. A relação comercial terá dois focos: um para o mercado regional, expresso na grande demanda de açaí fresco que é processado em casas comerciais (batedores de açaí), para consumo imediato. O outro é o mercado nacional representado pelas indústrias que beneficiam o açaí, destinando-o a grandes centros consumidores.

O foco principal de atuação será a venda conjunta da produção de grupos de agricultores organizados para as indústrias beneficiadoras e para os batedores de açaí, balizando-se o fator preço pela qualidade do açaí.

O modelo prevê, de maneira sistemática, o intercâmbio de experiências exitosas entre agricultores, líderes e técnicos. Além disso, fomentará os processos organizacionais dos agricultores e fortalecerá as iniciativas de cooperativas e associações existentes.

#### 5. MODELO DE NEGÓCIOS

Estruturar a utilização dos produtos e serviços do Banco do Brasil em acordo com os modelos operacionais.



#### 6. MODELO DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança tem como pressupostos o alinhamento e a convergência de atuação entre os parceiros, além do apoio à implementação e à gestão das ações definidas. As instâncias de governança têm



o intuito de contribuir e acompanhar a execução dessas ações, propondo soluções e disseminando boas práticas. Outras instâncias poderão ser definidas conforme avaliação dos parceiros.

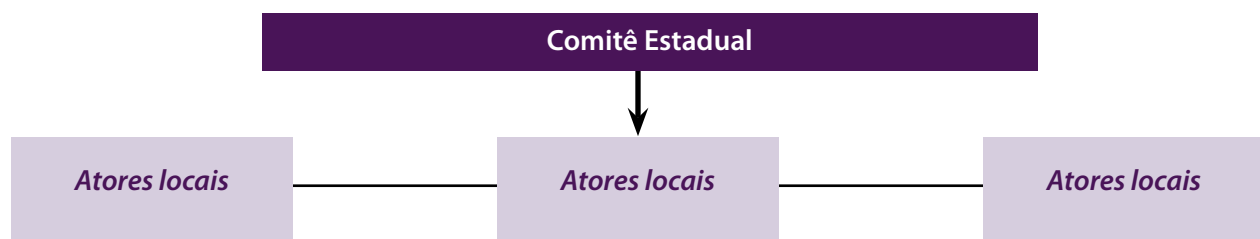
Outra sugestão é o tratamento do tema nas instâncias em funcionamento, a exemplo de Câmaras Técnicas ou Setoriais, Fóruns, Conselhos, entre outras, que atendam às necessidades de discussão ampla e representativa entre os agentes da atividade, além de facilitar a convergência de atuação e o encaminhamento das questões levantadas.

As funções sugeridas podem ser alteradas conforme as características locais da atividade e das parcerias existentes.

### **6.1 Gestão Estadual**

Para gerir a estratégia de atuação na cadeia produtiva no Estado, é recomendável a constituição de um Comitê Estadual composto por representantes dos parceiros e do Banco do Brasil, tendo como principais objetivos convergir ações e estabelecer condições e ambiente institucional para sua execução, buscando assegurar o envolvimento dos parceiros locais e regionais na estruturação, execução e avaliação de um plano de desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva. Pode ter, entre outras, as seguintes funções:

- Identificar oportunidades relativas à comercialização (compradores, novos mercados, programas de governo, verticalização da cadeia e agregação de valor aos produtos);
- Promover a expansão da atividade produtiva para outros municípios ou localidades;
- Promover e fomentar a organização produtiva;
- Auxiliar no processo de fortalecimento da organização social;
- Incentivar a aquisição de insumos e a venda da produção em conjunto;
- Buscar soluções, por meio de parcerias, para a assistência técnica;
- Identificar demandas de crédito não atendidas;
- Articular e promover a integração entre os Planos de Negócios DRS e os agentes das cadeias apoiadas;
- Promover a gestão da implementação dos Planos de Negócios DRS.

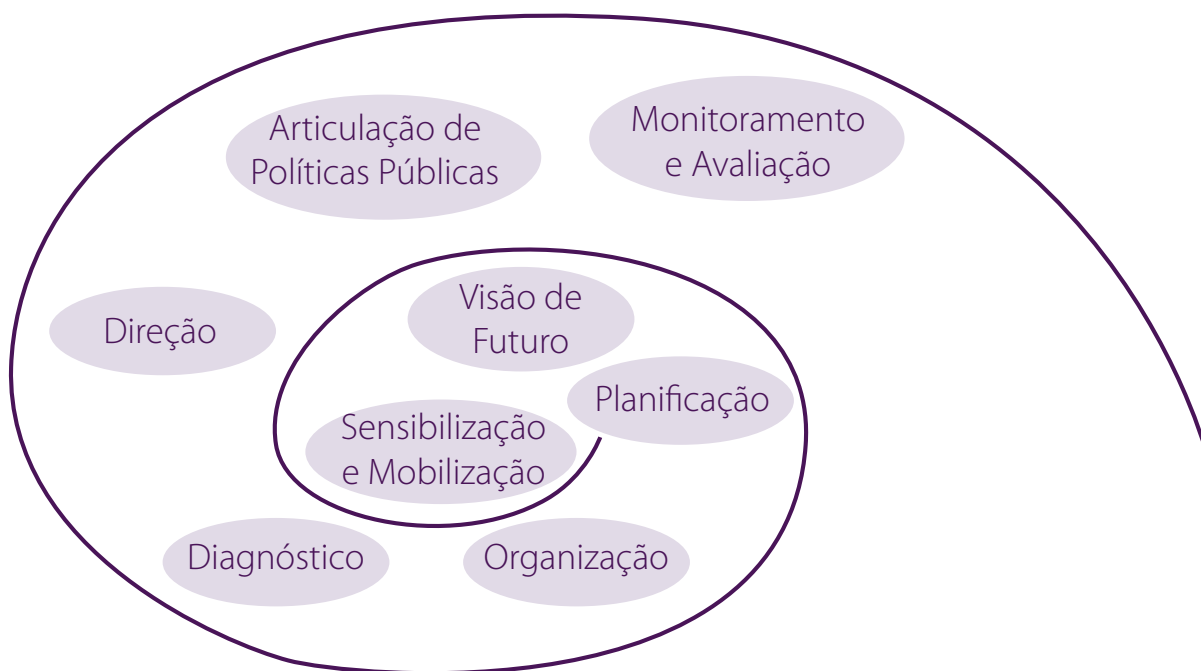


## 6.2 Gestão Local

Para Arns<sup>1</sup>, a gestão tem como função definir e garantir a realização de objetivos por meio de uso de recursos, sendo necessária a integração sistêmica das suas quatro funções básicas, que são:

- Planejamento: decisões sobre o futuro, objetivos, ações e recursos necessários para realizar os objetivos;
- Organização: decisões sobre divisão de tarefas, responsabilidades dos componentes e divisão de recursos para realizar essas tarefas, onde cada ator desempenha um papel específico;
- Coordenação: mobilização dos componentes para atingir os objetivos;
- Controle: decisões sobre a compatibilidade entre os objetivos esperados e os resultados alcançados.

Essas funções podem ser desdobradas em diversos processos. Veja um exemplo:



Para o fortalecimento da gestão local sugerimos a utilização de gestores, que poderiam ter as seguintes atribuições:

- Capacitar produtores e agentes locais para uma participação mais ativa no processo de desenvolvimento de suas comunidades;
- Apoiar a realização de reuniões dos representantes dos principais atores envolvidos, promovendo a participação e o diálogo público/privado e considerando a perspectiva de território e dos agentes presentes;

<sup>1</sup> Mestre em Gestão e Políticas Ambientais e Doutor em Ciência Política (UFPE), consultor em desenvolvimento local e estratégias de desenvolvimento territorial.

- Sensibilizar parceiros locais e produtores beneficiários para o trabalho conjunto, a geração de confiança e a formação de equipes e redes;
- Incorporar as visões de território e de cadeia de valor às ações definidas;
- Identificar e apresentar propostas visando o fortalecimento de aspectos sociais, ambientais e econômicos, como, por exemplo, a incorporação de novas tecnologias ou a integração com políticas públicas e ações de desenvolvimento em curso no território, que deverão ser acordadas com os demais atores envolvidos;
- Identificar as necessidades de capacitação em gestão e verificar as possibilidades de atendimento, com recursos disponíveis dos parceiros ou contratação de terceiros;
- Capacitar grupos de beneficiários, para atuar como multiplicadores por meio da transferência dos conhecimentos adquiridos;
- Avaliar o modelo de gestão atual e propor alterações para uma gestão participativa, caso necessário, contemplando as especificidades de cada território e garantindo a participação dos beneficiários;
- Realizar capacitação dos técnicos ou beneficiários para a utilização do modelo de gestão;
- Realizar oficinas relacionadas à gestão e à comercialização, com a participação de beneficiários e parceiros;
- Organizar o cronograma de reuniões com participantes;
- Fazer o relacionamento com todos os intervenientes e responsáveis pelas ações programadas e acompanhar a execução das ações;
- Identificar a necessidade de repactuação de ações ou inclusão de ações;
- Identificar a necessidade e propor a inclusão de parceiros ou beneficiários;
- Avaliar os resultados previstos e alcançados e os impactos na atividade;
- Identificar necessidades da comunidade nos eixos que compõem o DRS (saúde, educação, inclusão social, organização, inovação tecnológica etc) trazendo o assunto para as reuniões de concertação;
- Identificar as parcerias necessárias à promoção do desenvolvimento do território.

## 7. RESULTADOS ESPERADOS

- Contribuir para a estruturação da cadeia produtiva do açaí em nível local, regional e nacional (quando for o caso);
- Promover a atuação em rede de cooperação;

- Aumentar a produção, a produtividade e a rentabilidade dos empreendimentos;
- Aumentar a renda dos produtores;
- Difundir novas tecnologias;
- Melhorar a organização social;
- Promover a participação da comunidade nas políticas governamentais federais, estaduais e municipais.

### **7.1 Indicadores Sugeridos**

- Número de organizações fortalecidas ou criadas;
- Número de pessoas inseridas na atividade;
- Renda mensal dos produtores;
- Produtividade dos empreendimentos;
- Evolução da escolaridade dos produtores e familiares;
- Acesso ou reforma de moradias e instalações produtivas;
- Acesso a saneamento básico;
- Evolução da saúde dos produtores e familiares (incidência de doenças, mortalidade infantil etc);
- Número de propriedades com áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente demarcadas.



## Apêndice

# Planos de Negócios DRS do Banco do Brasil em Fruticultura - Açaí

O Banco do Brasil possui Planos de Negócios DRS de extração ou cultivo de açaí, em implementação, em quatro Estados da Amazônia conforme mostra a Tabela 7.

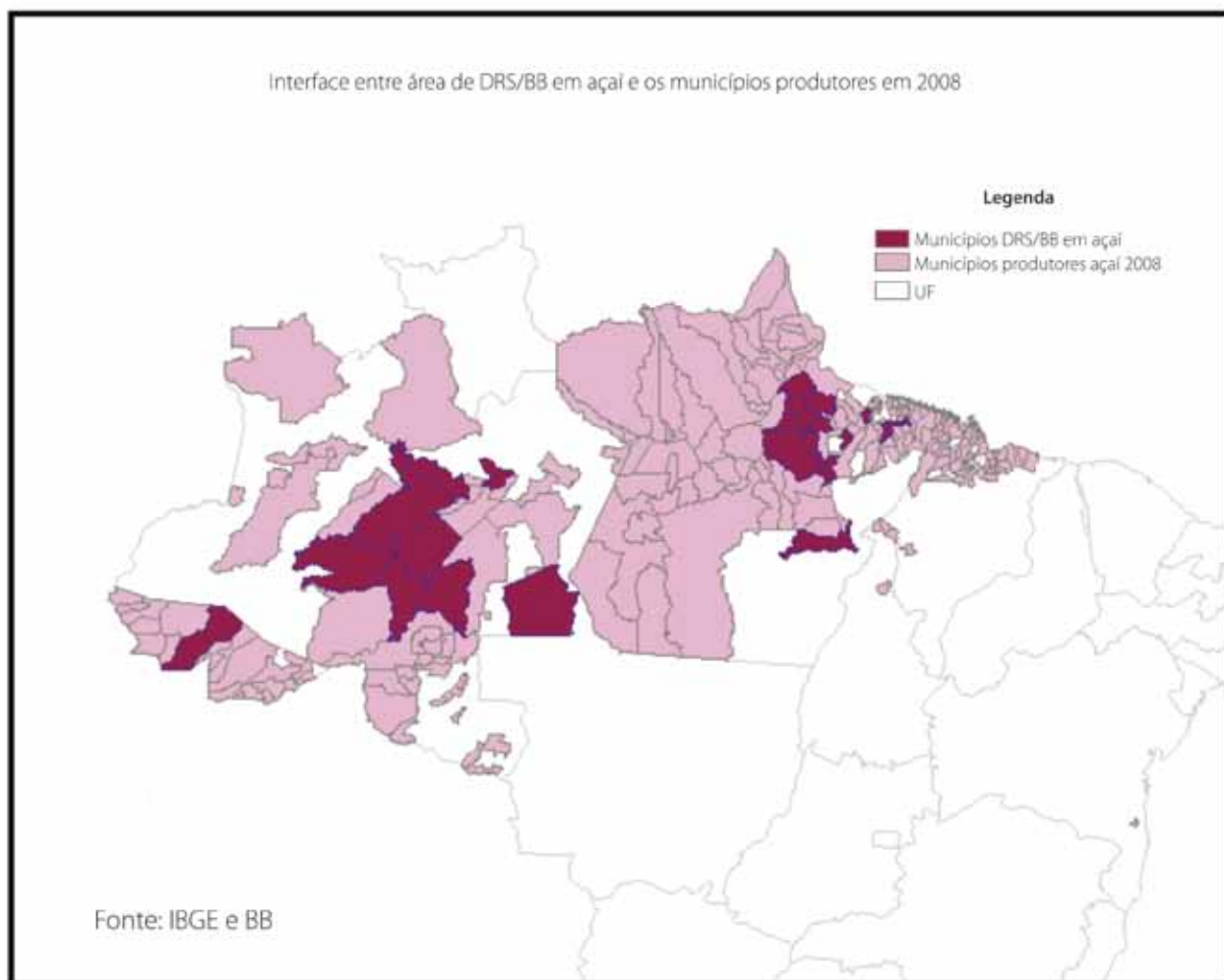
**Tabela 7 - Planos de Negócios DRS em Açaí**

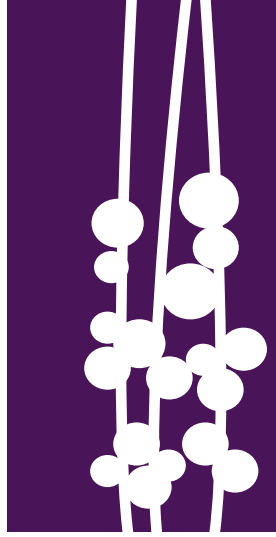
UF	Nº de PN	Nº de Beneficiários	Nº de Municípios
Acre	1	399	1
Amapá	1	660	1
Amazonas	3	876	7
Pará	8	1.356	8
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>3.291</b>	<b>17</b>

Fonte: BB/UDS setembro de 2010

As áreas de atuação do Banco do Brasil são coincidentes com os municípios de maior produção de açaí, conforme mostra o Mapa 2.

## MAPA 2 - Planos de Negócios DRS





## Bibliografia Consultada

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em < <http://www.agricultura.gov.br/>> Acesso em: 22/02/2010, às 21:17:00h.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embrapa Amazônia Oriental. Sistema de Produção do Açaí. Vol. 4 - 2ª Edição Dez./2006.

BRASIL, Ministério Do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:<[www.inca.gov.br](http://www.inca.gov.br)>. Acesso em 03/03/2010 às 11:31:00h.

BRASIL, Ministério da Saúde. Disponível em:<<http://nutricao.saude.gov.br/taco>>. Acesso em: 08/02/2010 às 11:31:00h.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_sociobiodiversidade/\\_arquivos/tabela\\_pgpm.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_sociobiodiversidade/_arquivos/tabela_pgpm.pdf) Acesso em: 02/03/2010 às 10:24:00h.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)> Acesso em: 25/11/2009, às 14:15:30h.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. ALICE-WEB. Disponível em <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> Acesso em: 25/11/2009, às 14:15:30h.

BRASIL, Ministério da Saúde. Disponível em:<<http://nutricao.saude.gov.br/taco>>. Acesso em: 08/02/2010 às 11:31:00h.

BUAINAIN, A.M. & BATALHA, M.O. Cadeia Produtiva de Frutas. Série Agronegócios. Vol. 7 – Brasília: IICA: MAPA/ SPA, 2007.

FAO. FAOSTAT. Disponível em:<http://faostat.fao.org> Acesso em: 27/11/2009, às 17:05:00h.  
Instituto Brasileiro de Frutas – Ibraf. Revista Frutas e Derivados. Ano 3. Junho de 2006. - Vol. 2.

FILHO,H.M. et al. Metodologia para estudo das relações de mercado em sistemas agroindustriais – Brasília: IICA, 2008. Disponível em:< <http://www.iica.int>>. Acesso em 12/10/2009, às 15:25:00h.

NASCIMENTO, M.J.M. Açai: a fotossíntese do lucro. Universidade Federal do Pará, 1996. Disponível em <[http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_publicacao.php?id=228](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=228)> . Acesso em 03/03/2010 às 08:32:00h.

RESCHKE, A. et al. Experiência: Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em <[http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=278](http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=278)> Acesso em 05/03/2010 às 07:51:00h.

SAMPAIO, P.B. Avaliação das propriedades funcionais do açaí (Euterpe oleracea) em plasma. Universidade Federal do Pará. Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos, 2006. Disponível em:  
<[http://bibcentral.ufpa.br/arquivos/150000/153300/19\\_153350.htm](http://bibcentral.ufpa.br/arquivos/150000/153300/19_153350.htm)>. Acesso em 03/03/2010 às 08:02:00h.

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em:<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em 03 de novembro de 2009 às 20:40:00h.

SOUZA, A. G. C. et al. Fruteiras da Amazônia. Embrapa - CPAA, Manaus, 1996.

ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; e ARNS, P.C. Desenvolvimento territorial à distância. Florianópolis, SEaD/ UFSC, 2007.





# 2

Volume

Fruticultura - Açaí

## Desenvolvimento Regional Sustentável

Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas



FUNDAÇÃO  
BANCO DO BRASIL



